

**ANÁLISE HISTÓRICA DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA
NO BRASIL**
*EL ANÁLISIS HISTÓRICO DE LA PSICOLOGÍA SOCIAL COMUNITÁRIA
EN BRASIL*
*HISTORICAL ANALYSIS OF COMMUNITARIAN SOCIAL PSYCHOLOGY IN
BRAZIL*

<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p562>

Mariana Alves Gonçalves e Francisco Teixeira Portugal
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil

RESUMO

Este texto apresenta debates relativos ao campo da Psicologia Social Comunitária (PSC) tomando como base suas produções textuais nas últimas duas décadas (1990-2010). O mapeamento do conjunto de artigos, teses, dissertações e livros produzidos sob o signo PSC foi o procedimento utilizado para problematizar o que tem sido realizado por este movimento que se constitui como uma das versões contemporâneas da Psicologia Social. Contextualizamos as produções a partir das mudanças de rumo da profissão e da reivindicação por uma nova direção para a Psicologia Social produzida em território latino-americano. A exposição está centrada em dois pontos principais: as vinculações teórico-epistemológicas da PSC e a caracterização do trabalho do psicólogo comunitário. Concluimos o artigo indicando que as reflexões em torno da diversidade das vinculações teórico-epistemológicas e da tentativa de unificação da PSC nublaram a análise do problema central dos efeitos de sua prática e de seus compromissos éticos e políticos.

Palavras-chave: psicologia social comunitária; história da PSC no Brasil; teorias da PSC; trabalho do psicólogo.

RESUMEN

Este artículo presenta debates sobre el campo de la Psicología Social Comunitaria (PSC) utilizando producciones textuales de las últimas décadas (1990-2010) como base de pesquisa. El mapeo del conjunto de la producción bajo el signo del PSC fue el procedimiento empleado para hablar de lo que ha hecho este movimiento que es una de las versiones contemporáneas de la psicología social. Contextualizamos las producciones a partir de los cambios en los rumbos de la profesión y de la reivindicación de una nueva dirección para la psicología social producida en territorio latinoamericano. La exposición se centra en los enlaces teóricos y epistemológicos de la PSC y la caracterización del trabajo del psicólogo comunitario. Se concluye que las reflexiones sobre la diversidad de los enlaces teóricos y epistemológicos y el intento de unificar el PSC nublaron el análisis del problema central de los efectos de su práctica y de sus compromisos éticos y políticos.

Palabras clave: psicología social comunitaria; história de la PSC en Brasil; teorias de la PSC; trabajo del psicólogo.

ABSTRACT

This paper presents discussions on the field of Community Social Psychology (CSP) based on textual productions done over the last decades (1990-2010). The mapping of the set of articles, theses, dissertations and books produced under the CSP sign was the procedure used to discuss what has been done by this movement that has been conceived as one of the contemporary versions of Social Psychology. Those productions are contextualized considering the changes in the course of the profession and the demand for new direction for Social Psychology produced in Latin American territory. The exposition is focused on the theoretical and epistemological bindings of the CSP and the depiction of the community psychologist work. We conclude the work indicating that the diversity of theoretical and epistemological bindings of CSP and the attempt to unify it disregarded the central problem of the effects of their practice and their ethical and political commitments.

Keywords: community social psychology; history of CSP in Brazil; theories of CSP; Psychologist practice.

A Psicologia Social e a profissão de psicólogo no Brasil

Para que a história não figure como mero adereço a embelezar um conjunto de problemas que se deseja analisar, atribuiremos um papel constituinte às condições históricas na análise da Psicologia Social Comunitária (PSC). Neste sentido, convém discriminar fatores históricos essencialmente envolvidos com a formação do que veio a ser objetivado como PSC. O percurso profissional dos psicólogos a partir, principalmente, de um determinado momento em que a Psicologia se arvorou pelo lema da transformação social, sentindo-se comprometida com as questões sociais do contexto onde se desenvolvia, constitui uma série histórica relevante para a PSC. É neste mesmo bojo que tratamos dos rumos da Psicologia Social, disciplina essa que se revigora por volta da década de 1970, elaborando novas propostas não só para si, mas para a própria Psicologia. O movimento¹ despertado “dentro” da Psicologia Social, portanto, não se conteve nos limites desse campo, ao menos no contexto brasileiro.

Fornecendo o tom, três têm sido os aspectos fundamentais considerados nos debates sobre os caminhos da profissão de psicólogo no Brasil: onde a atuação profissional está sendo realizada; o que está sendo feito e com que objetivos; e para quem se dirige aquela intervenção, isto é, qual é seu público-alvo. A partir destes elementos, sabe-se que a literatura acerca da profissão de psicólogo no Brasil comumente classifica uma determinada atuação como tradicional, porque exercida nos espaços clássicos da profissão – a clínica, a escola e o trabalho (Bastos & Gomide, 2010; Bastos, Gondim, & Borges-Andrade, 2010; Botomé, 1979/2010; Yamamoto & Costa, 2010). É comum também que tal atuação classificada como tradicional seja caracterizada historicamente como um trabalho a serviço das elites.

A identificação da atuação profissional como um serviço voltado e submetido primordialmente aos interesses das elites (Amorin, 2010; Bock, 1999, 2003; Bock, Gonçalves, & Furtado, 2007) serviu para alimentar o argumento contrário, a saber: a Psicologia não deve mais comprometer-se com as elites, mas voltar-se aos interesses das maiorias populares. A mudança de rumo nos caminhos da profissão e a configuração de um novo modo de trabalho em que os profissionais estejam comprometidos com as questões sociais do contexto no qual se inserem foram amplamente fomentadas. Diante das pesquisas de avaliação da profissão realizadas nas décadas de 1970, 1980 e 2000, percebe-se que a área clínica era

predominante entre os psicólogos, sendo o consultório o espaço preferido de atuação.

Essas questões articularam-se também com o prosseguimento histórico da Psicologia Social. Existem pontos importantes desse desdobramento a serem considerados quando tematizamos a PSC no Brasil: a crise de identidade da Psicologia Social (Boechat, 2009; Lane, 1984), a defesa de um paradigma latino-americano (Campos & Guareschi, 2000) e a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). A partir da década de 1980, sobretudo com a criação da ABRAPSO, a disciplina tomou um caminho diferente daquele estabelecido pelos estudos cognitivos e experimentais. O que percebemos, então, é que novos temas começam a protagonizar as discussões em Psicologia Social, já que sua pretensão era se desvencilhar de um pensamento individualista e privilegiar temas de maior relevância social para a população brasileira e latino-americana. O que interessava, a partir de então, era tematizar aquilo que faz parte do cotidiano e da realidade das maiorias populares.

A Psicologia reivindicou, neste momento, a tarefa de transformar as condições sociais das maiorias populares,² embora tal categoria não tenha sido conceitualizada naquele momento. Parece-nos, entretanto, que o termo “maiorias populares” designa genericamente a maior parte dos brasileiros que tem acesso restrito aos equipamentos sociais e renda insuficiente para uma subsistência digna. Surgiram propostas de intervenção atentas a três novos objetivos: deselitizar a Psicologia, aproximar-se da realidade concreta da população e afastar-se dos lugares tradicionais de trabalho (Andery, 1984; Bock, 1999). Questionamentos e problematizações sobre a realidade social e a configuração da Psicologia Social, e da própria Psicologia, constituíram as bases para as proposições por novos caminhos, novas orientações e outros modos de intervenção. A mudança de rumo nos caminhos da profissão e a reivindicação por uma nova direção para a Psicologia Social exercida em continente latino-americano compõem o cenário desta pesquisa.

Histórias da PSC: EUA, América Latina e Brasil

Ao apresentar a trajetória histórica da PSC nos contextos norte e latino-americano, pretendemos, primeiro, situar os leitores quanto à existência dessas experiências, mas almejamos também tematizar a forma como tradicionalmente tal história é contada.

A história da PSC é comumente narrada a partir de uma divisão primordial entre um percurso norte e latino-americano. Não pretendemos afirmar que não há diferença entre estes percursos, reconhecemos suas singularidades. Há, no entanto, referenciais e pressupostos da Psicologia Comunitária norte-americana que circularam, e ainda circulam, na PSC brasileira (Gallindo, 1981; Sarriera, 2010).

No território norte-americano, o surgimento da Psicologia Comunitária ocorreu em meados da década de 1960, relacionado aos movimentos sociais comunitários, em especial os de saúde mental (Álvaro & Garrido, 2006; Bennet et al., 1966). Inspirados nos pressupostos da Psiquiatria Preventiva, tais movimentos tinham como objetivo não somente tratar as doenças mentais, mas também preveni-las. As intervenções, antes limitadas aos indivíduos, foram ampliadas para seu entorno – também chamado comunidade – concebido como fonte dos problemas mentais e, ao mesmo tempo, como agente potencialmente terapêutico.

A PSC foi apresentada na América Latina como um dos produtos das problematizações instituídas no campo da Psicologia Social e não da Psiquiatria, como no caso norte-americano. Mesmo quando vinculado ao campo da saúde mental (Vasconcelos, 1985), é preciso reconhecer que este movimento adquiriu características distintas nos contextos norte-americano e brasileiro (Amarante, 1995). Assim sendo, a PSC teria sido uma das saídas para a crise da Psicologia Social (Cruz & Stralen, 2012) na medida em que propunha redirecionamentos para as intervenções psi. No Brasil, o surgimento da PSC foi atrelado aos movimentos sociais e às reformulações na área de saúde mental. O processo de pauperização da população, as Reformas Sanitária e Psiquiátrica e as políticas sociais pós-Constituição de 1988 (Yamamoto & Oliveira, 2010) compõem o cenário em que aconteceram as primeiras experiências de atuação da Psicologia em comunidades.

Dentre as experiências brasileiras, destacamos aquelas que tiveram curso em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Ceará por sua relevância histórica para a PSC.

Ao historiar a PSC no Brasil, Lane (1996) reconhece dois pontos relevantes nesta trajetória: a criação dos Centros Comunitários de Saúde Mental cuja finalidade foi transformar, na década de 1970, o modelo de atenção psiquiátrica vigente e os trabalhos de alfabetização de adultos, inspirados na Educação Popular de Paulo Freire.

Em Minas Gerais, o Setor de Psicologia Social da UFMG representava o movimento de redefinição

dos caminhos da Psicologia Social no estado, com o objetivo de produzir novas formas de fazer e pesquisar Psicologia no Brasil (Lima, 2012). Como parte desse mesmo movimento, em 1974, foi criada a disciplina Psicologia Comunitária e Ecologia Humana na UFMG no curso de graduação em Psicologia, caracterizado pelas articulações entre questões comunitárias e ecológicas.

No Rio de Janeiro, desde o fim da década de 1970, identificamos experiências de inserção de estudantes e profissionais de Psicologia para as favelas cariocas. O incômodo com o que era produzido nas universidades e a já mencionada crise de atuação no modelo liberal voltado às categorias de alta renda podem ter motivado esse movimento de inserção dos referidos estudantes e profissionais de Psicologia para as favelas. Os trabalhos realizados por tais psicólogos e estudantes estavam vinculados a projetos de extensão, instituições públicas de assistência e estágios curriculares³. Convém notar que as experiências de atuação em comunidades no Rio de Janeiro não foram identificadas como práticas de Psicologia ou Psicologia Comunitária. Quando esses profissionais se lançaram em práticas não hegemônicas, não respaldadas por referenciais teóricos e metodológicos consagrados até aquele momento, houve um desconforto e certa relutância em afirmar que tal atuação estava vinculada à Psicologia (Soares, 2001).

No Ceará, a Psicologia Comunitária surgiu em outubro de 1980, com o curso de formação de animadores populares para a alfabetização de adultos. A ideia, nessa época, era criar círculos de cultura na periferia de Fortaleza para a luta e organização comunitária. O objetivo inicial era aproximar a Psicologia dos grupos pobres do estado e suas primeiras atividades eram trabalho com grupos de jovens marginalizados e alfabetização de adultos (Góis, 2003).

Nesse contexto, inicia-se um projeto de intervenção no bairro Nossa Senhora das Graças do Pirambu, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Esse projeto de atendimento psicossocial “tinha o objetivo de compreender os moradores e suas práticas enquanto pessoas e cidadãos, em lugar de moradia e convivência, além de facilitar processos de mudança social no bairro” (Mendes & Correia, 1999, p. 21). Vale lembrar que esses primeiros trabalhos eram denominados de Psicologia Popular. Posteriormente, passaram a se chamar Psicopedagogia Popular, uma união entre Psicologia e Educação Popular, e somente em 1987 tais práticas começaram a ser intituladas Psicologia Comunitária. Assim,

acompanhando o processo de constituição da psicologia comunitária – que nessa época caminhava decisivamente rumo à especificidade, com método e campo próprios, demarcando, enfim, um corpo de atuação e um saber específico – o projeto passa a ser identificado como Projeto de Psicologia Comunitária. (Mendes & Correia, 1999, p. 22)

Ao contrário do percurso da PSC no Rio de Janeiro, a experiência cearense revela um esforço deste grupo em oferecer a essas práticas uma especificidade. Isso se revela pelo uso de algumas estratégias, como, por exemplo: o conjunto de referenciais teórico-epistemológicos adotados, a não vinculação de seu percurso ao de outras práticas em PSC que aconteciam no país e a defesa explícita de que a PSC produzida naquele estado se diferenciava de outras experiências nacionais.

Adiciona-se um novo rótulo à Psicologia, que agora, além de ser “comunitária”, é também “do Ceará”. Portanto, a ideia que nos parece circular por esses argumentos é que: falar em Psicologia Comunitária do Ceará é diferente de falar em Psicologia Comunitária de modo geral, seja de experiências nacionais ou internacionais. Não que as práticas cearenses (ou outras) não tenham a sua singularidade de acordo com o contexto onde são produzidas. A questão está no esforço em defender mais uma especialidade para a Psicologia e em que efeitos essa sobreposição de etiquetas pode gerar. Como se não fosse suficiente o rótulo “comunitário”, colocamos ainda outro por cima relacionado ao estado no qual aquela Psicologia é produzida. Já o fizeram com a Psicologia Social produzida na cidade de São Paulo, ou especificamente na PUC-SP, com a instituição de uma suposta “Escola de São Paulo” (Carvalho & Souza, 2010). E agora também com a PSC e sua “Escola do Ceará”. As estratégias de constituir identidades aos campos não nos parecem ter qualquer consequência positiva. O esforço em defender a especificidade só produz isolamentos, especialismos e especialistas, que serão as autoridades que poderão falar em seu nome.

Produções atuais da PSC: as vinculações teóricas e o trabalho do psicólogo comunitário

Algumas vinculações teórico-epistemológicas

A análise documental das produções textuais da PSC expõe os seguintes referenciais teóricos e epistemológicos: Psicologia Clínica, psicoterapia, Psicoterapia Breve e Orientação Psicodramática; PSC, PC; Psicologia Social Crítica, Psicologia Política; Psicologia Histórico-Cultural; Movimento

Institucionalista; Promoção da Saúde; Psicologia Sócio-Histórica; Psicossociologia; Sociologia Clínica; Perspectiva Sistêmica; Psicologia da Libertação; Educação Libertadora; Biodança; Socionomia; Teoria Histórico-Cultural; Intervenção Psicossocial; Grupo Operativo (Pichón-Riviére); Psicanálise e Paradigma Ecológico.

A pluralidade de referenciais teórico-epistemológicos que compõe o campo é evidente. Tal multiplicidade indica que muitas coisas cabem dentro da PSC e que essa forma-disciplina está longe de ter limites conceituais bem definidos e consensuais. Analisando detidamente a produção textual foi possível, contudo, vincular a PSC a três grandes campos de atuação, a saber, a saúde, a assistência social e a educação. Além disso, destacamos duas vinculações teóricas da PSC: uma com a Psicologia Clínica e outra com o Paradigma Ecológico.

Discutir as alianças da Psicologia Clínica com a Psicologia Comunitária envolve duas questões principais. A primeira diz respeito à nossa dificuldade em escapar das formas já consagradas de atuação e, por sua vez, de encarar o desafio de buscar novas referências e de criar outro modo de fazer psicologia. Parece que a ânsia pelo conforto de “saber o que fazer” no momento em que “é preciso fazer alguma coisa” nos faz procurar acolhimento naquilo que já está estabelecido, no lugar onde encontramos as respostas e onde o modo de fazer já está prescrito. Ao mesmo tempo, ao cair, novamente, no atendimento psicológico (seja ele individual, em grupo, ou nos seus diferentes formatos), a Psicologia não consegue ampliar seu escopo de atuação. Parece que os limites de intervenção de um psicólogo sempre serão definidos pelos limites do indivíduo. Apesar de todo o clamor por incluir a dimensão comunitária-social em suas intervenções, do esforço em se deslocar até os espaços de periferia-favela-comunidade, não conseguimos abrir mão do indivíduo, nem de suas correlações - o sujeito, o desejo, a subjetividade.

Um dos aportes teóricos mais citados nas produções textuais da PSC é o que tem sido chamado de “Perspectiva sistêmica” ou “Paradigma ecológico”. Sem a pretensão de explicitar os conceitos e pressupostos que compõem esta “perspectiva” ou este “paradigma”, nós chegamos a, pelo menos, duas problematizações acerca desta vinculação: o alinhamento com a Psicologia Positiva e a utilização da PSC norte-americana como referência.

A aliança entre a Psicologia Comunitária e a Psicologia Positiva deve ser analisada com cuidado. Esta não é nossa pretensão neste momento, mas a identificação de tal enlace já produz questão. A princípio, a PSC em sua trajetória latino-americana esteve próxima

aos setores populares tendo como direção produzir algum tipo de mudança ou transformação social. Este campo aliou-se fundamentalmente à Psicologia Social, em sua perspectiva crítica, a fim de produzir intervenções sociais de caráter coletivo. A Psicologia Positiva surge nos Estados Unidos no fim da década de 1990 e se define como um movimento que pretende contribuir para o florescimento e o funcionamento saudável de pessoas, grupos e organizações por meio do fortalecimento das competências ao invés de corrigir deficiências. A Psicologia Positiva reconhece o sofrimento humano, situações de risco e patologias, mas pretende investigar outra face das questões, por exemplo, o altruísmo e a felicidade. (Paludo & Koller, 2005, 2007). Essa elaboração enfatiza a individualização de aspectos relacionais e purifica as relações profundamente desiguais constitutivas da história de nossas classes populares comparada aos segmentos mais privilegiados de nossa sociedade.

Torna-se interessante observar que os autores de referência de tal paradigma são norte-americanos e as publicações citadas referem-se às décadas de 1970 e 1980 (Saforcada, 2010; Sarriera, 2010, 2011). Dentre eles, são apontados, sobretudo James Kelly (1966, 1986), Edison Trickett (1972, 1984), e Julian Rapaport (1981), conforme Sarriera e Saforcada, 2010. A referência a esses autores assinala a tentativa de aproximação entre o passado norte-americano e o presente latino-americano na medida em que alguns autores da PSC se esforçam em distinguir o surgimento e as trajetórias da disciplina nos dois continentes.

O trabalho do psicólogo comunitário

É comum encontrarmos alguma indicação sobre qual é a tarefa do psicólogo que atua em comunidades. Em geral, criticam-se as atuações relacionadas à chamada Psicologia tradicional e, ao mesmo tempo, propõe-se um novo tipo de intervenção.

Portanto, ao examinar o trabalho do psicólogo comunitário, convém verificar que, de fato, suas ações se distanciam disto que é apresentado como Psicologia tradicional (em geral, indicado como psicologia clínica ou àquelas que se limitam à dimensão individual). Ao tentar estabelecer o escopo do seu trabalho, o psicólogo comunitário se embaraça entre o que se define como clínica e todas as práticas que, mesmo sem saber exatamente em que consistem, se definem como “não clínicas”. Na tentativa de escapar das práticas tradicionais, caímos no limbo de tudo aquilo que, em tese, não são atuações clínicas. Todavia, estar no limbo e não saber exatamente o que se faz não nos parece ser um problema. É interessante notar que a proposta de novas formas de fazer psicologia seja construída pela

negação de uma prática. É preciso não fazer clínica para que alguma coisa diferente possa acontecer.

Na análise das produções textuais, deparamo-nos com duas dicotomias principais na descrição do trabalho dos psicólogos comunitários: uma diz respeito à oposição individual *versus* coletivo-comunitário; e outra está associada às dimensões concreta *versus* subjetiva. É comum encontrar pelo menos uma dessas duas oposições no relato de suas tarefas. Além disso, apresentamos também as discussões sobre a formação, pois ela está diretamente atrelada ao debate sobre o trabalho do psicólogo.

A (não) formação

É possível afirmar que a temática da formação circula nos referenciais da PSC. Há uma ideia de que é preciso construir um arcabouço teórico-metodológico consistente para instrumentalizar aqueles que atuam em comunidades. Não ter referenciais para a atuação é um desafio e causa desconforto aos profissionais. Logo, a ideia de que eles devem estar munidos de teorias consistentes para intervir em contextos comunitários parece ter alguma relação com o aparecimento da temática da formação. Essa ideia está intimamente relacionada com as defesas de constituição de um campo e de uma especialidade em PSC. Na medida em que temos um campo de trabalho, com teorias e metodologias próprias, é necessário formar profissionais que tenham domínio sobre ele. Este é o processo de construção de um especialista.

O que se percebe no material analisado é uma crítica geral dirigida à formação em psicologia. A crítica consiste em denunciar uma deficiência na formação, historicamente pautada na atividade clínica. Essa falha na formação tem como consequência a falta de preparo dos profissionais para o trabalho com políticas públicas ou em contextos comunitários. Por isso, justifica-se o desconforto sentido pelos profissionais ao se depararem com a atividade comunitária por tal deficiência latente na formação em psicologia. Ao discutir a formação, critica-se a exclusividade do trabalho clínico e transposição desse modelo na atuação comunitária:

O debate a respeito dos problemas sociais não adentra a formação básica da graduação do psicólogo. Não se trata, então, de criticar o atendimento individual, mas sim a pura e simples transposição de um modelo clínico para um trabalho que requer dimensões sociais e políticas muito mais abrangentes. ... a formação maciça em clínica prepara para uma relação dual, importante, mas com aplicação pouco eficaz para a inserção na comunidade. (Paiva & Yamamoto, 2010, p. 155)

A consequência desse argumento é de que é preciso, então, uma formação para a intervenção psicossocial ou comunitária. A crítica geral à formação em psicologia nos parece coerente. Apesar de serem recorrentes e existirem, pelo menos, desde a sua regulamentação, as críticas à formação ainda são necessárias. Isto porque, apesar das muitas transformações que sofre ao longo dos anos, a formação em psicologia ainda enfatiza o trabalho clínico e discute muito pouco a questão social e as políticas públicas. É preciso então mudar a formação em psicologia, para que todos os profissionais possam estar atentos a questões políticas, econômicas e sociais implicadas em suas práticas. Para que possam, principalmente, refletir sobre as consequências de suas intervenções na sociedade.

No entanto, o argumento de que é preciso formar especialistas em psicologia comunitária, a partir de um processo de formação próprio para tal, não parece fazer sentido. A ideia não é formar profissionais especializados em intervenções comunitárias, mas sim ampliar o olhar dos psicólogos de maneira geral. Incluir discussões relativas aos problemas sociais, políticos, econômicos na formação em psicologia para que todos tenham acesso a esse debate, para que todos pensem sobre as consequências de suas práticas. Isso não deve ser privilégio dos especialistas em psicologia comunitária ou daqueles que, de alguma forma, estejam inseridos no campo das políticas públicas.

A caracterização da prática – em que dimensão, afinal, atuam os psicólogos comunitários?

Ao descrever suas práticas, os psicólogos costumam diferenciar as ações direcionadas à dimensão individual, nomeadas Psicologia Tradicional, daquelas direcionadas à dimensão coletiva. Assim, o que se defende na atuação comunitária é um deslocamento das intervenções centradas no indivíduo para aquelas que se dirigem à dimensão ambiental-coletiva-contextual-comunitária. Isso porque as novas formas de fazer psicologia devem passar a considerar que as causas do sofrimento não pertencem somente à dimensão intrapsíquica, mas estão também condicionadas de acordo com o contexto ou o ambiente comunitário. Portanto, a oposição individual *versus* coletivo se revela nessa outra: Psicologia Tradicional *versus* Psicologia Comunitária. As intervenções na dimensão individual parecem pertencer somente à Psicologia Tradicional, enquanto as ações sobre a dimensão coletiva ficam a cargo da Psicologia Comunitária.

Ainda quanto às oposições que definem a prática do psicólogo comunitário, é preciso alertar para a que

se estabelece entre a dimensão concreta e a dimensão subjetiva. Apesar de reconhecer a materialidade da vida das pessoas que vivem em comunidades, como condições de saneamento básico e saúde, acesso à escola, questões econômicas, políticas, o psicólogo parece não intervir nessa esfera. Seu alvo sempre se constitui em torno do que vagamente denominamos dimensão subjetiva. Ou aquela que envolve relações, afetos, vínculos, desejo.

A defesa das intervenções na dimensão subjetiva vem acompanhada dos argumentos que defendem uma especificidade para o trabalho do psicólogo quando inserido em contextos comunitários. É necessário então individualizar ou psicologizar questões econômicas, políticas, sociais para que o psicólogo possa intervir, tendo em vista os limites de sua atuação e de sua formação. Alguns textos reivindicam explicitamente uma especificidade para o trabalho do psicólogo comunitário, relacionada à sua caracterização como o profissional que pode lidar com o desejo, a singularidade, a emoção, os afetos etc. A sua exclusividade está justamente na possibilidade de intervir em tais dimensões. Assim, esse argumento, em geral, sustenta a necessidade de diferenciarmos a prática do psicólogo de outros profissionais também envolvidos nas atuações comunitárias.

Considerações finais

A problematização sobre os limites deste campo revelam que as aproximações da Psicologia com as comunidades (ou favelas, periferias, etc) não estiveram sempre dentro de tais contornos. Não seguiram sempre este conjunto de referenciais e metodologias que hoje, ao menos em tese, compõem uma área específica dentro da Psicologia denominada PSC. O que queremos dizer é que as práticas dos psicólogos em comunidades não foram sempre definidas como intervenções que pertenciam a um campo e que pretendiam aplicar suas orientações. A imagem que nos parece traduzir este raciocínio é a de um profissional que se deslocava até as comunidades sem o livro de PSC embaixo do braço. Realizar intervenções em comunidades não representava estar aplicando referências, conceitos ou métodos da PSC. Os profissionais não se identificavam como psicólogos comunitários. Em alguns casos, ele ia sem saber muito bem o que fazer, mas com o intuito de colocar em questão os espaços que a Psicologia, até então, tinha ocupado como profissão. Foi possível perceber tal movimento quando descrevemos as primeiras experiências de aproximação de psicólogos às comunidades na cidade do Rio de Janeiro.

No que tange aos referenciais teórico-metodológicos, encontramos argumentos que defendem a constituição de teorias sólidas que sustentem as intervenções comunitárias. Tendo isto em vista, parece não ser mais possível que os psicólogos se aventurem em práticas comunitárias sem estarem munidos destes referenciais. Ora, era compreensível que os primeiros psicólogos que se deslocaram até os espaços comunitários não tivessem suas práticas embasadas em algum tipo de teoria ou metodologia, mas hoje não mais. Afinal, a defesa é de que o campo, depois de seu percurso de quase cinco décadas, possui um volume de produção teórico-metodológica que deve ser usada entre os psicólogos que realizam atividades comunitárias. Os profissionais não precisam ir até as comunidades sem saber o que fazer ou como fazer. A ideia é de que aqueles que atuam no contexto comunitário fazem, necessariamente, parte de um campo específico da Psicologia, objetivado sob o título PSC. Por conseguinte, ao realizar tal prática, o psicólogo deverá estar com esse conjunto teórico supostamente já consolidado para sustentar suas intervenções.

Vimos também que a PSC se apresenta, ela mesma, como um dos referenciais indicados como base teórico-epistemológica. Contudo, muitos outros referenciais são citados pelo campo. Não há como identificá-los em marco epistemológico comum. Ao mesmo tempo que há esse esforço em defender um marco teórico para a PSC, uma teoria explicativa, o que fica claro, quando mapeamos o campo, é que a PSC está longe de possuir um marco teórico-epistemológico comum. Isso mostra uma das fragilidades dos argumentos que pretendem reafirmar sua etiqueta. A análise histórico-crítica torna visível as pretensões políticas do esforço de justificação epistemológica da PSC. A ausência de um marco teórico-epistemológico comum não constitui fragilidade da PSC. Reiteramos que o foco de nossa análise visa evidenciar o próprio esforço de unificação e etiquetagem como uma operação de criação de mais um especialismo com as consequências excludentes que o caracterizam (Baremlitt, 1992).

No conjunto destas estratégias identitárias da PSC, há também as discussões a respeito da formação e do trabalho do psicólogo comunitário e sua especificidade. Ao delimitar um campo com seus referenciais teórico-metodológicos próprios, o argumento da necessidade de formação para aqueles que pretendem pertencer a ele começa a fazer sentido. Os questionamentos sobre a formação em Psicologia disparados pelos debates em PSC nos parecem pertinentes. Porém, a ideia de que é necessária uma formação específica para aqueles profissionais que se

aventuram em intervenções comunitárias só indica mais uma das estratégias de delimitar quem pode ou não fazer parte de um determinado grupo. É necessário incluir debates acerca de questões sociais e políticas públicas na formação de psicólogos. Mas isso não deve ser privilégio dos que buscam se aproximar de atuações comunitárias. Dizer que é preciso passar por um processo de formação para fazer PSC é uma forma de excluir profissionais não especialistas. Ademais, este argumento prevê uma burocratização (Lapassade, 1983, p. 202) da intervenção e uma captura institucional que inibem a criação de novas formas de fazer Psicologia e confere a grupos específicos a autoridade. Mas sabemos que “não saber muito bem o que fazer” pode incitar à criação de novas práticas, entretanto também pode provocar a adesão a práticas tradicionalmente estabelecidas pelo conforto que elas provocam nos profissionais.

Também aí se situam as tentativas de defender uma especificidade para o trabalho do psicólogo comunitário. As referências em PSC costumam mostrar qual é o papel do psicólogo em atuações comunitárias. Vimos que essa definição envolve algumas contradições, pois ora é sua tarefa lidar com questões objetivas e concretas, ora é sua tarefa lidar com questões subjetivas, simbólicas. No entanto, os argumentos que defendem uma especificidade para o psicólogo que intervém em comunidades, em geral, vinculam tal especificidade a sua possibilidade de lidar com a dimensão simbólica, subjetiva, afetos, relações, emoções etc. O psicólogo possui um escopo específico de atuação que se atualiza também no contexto comunitário. Este argumento defende uma especificidade da Psicologia, mesmo quando inserida nas intervenções comunitárias. Ao mesmo tempo, essa ideia parece contradizer a defesa de um domínio específico para o psicólogo comunitário. Afinal, a especificidade se justifica pelo fato de serem psicólogos ou por estarem inseridos em um novo contexto de atuação?

A Análise Institucional já evidenciou como o conhecimento especializado para a produção de bens materiais e serviços essenciais à sobrevivência tem operado historicamente uma dominação, implementando forças desiguais em função de seu controle por instâncias sociais como o Estado, empresas e outras corporações, entre elas, as universidades (Baremlitt, 1992). A análise histórico-crítica constitui, neste sentido, esforço relevante para evitar a formação de novas “especialidades” da psicologia na medida em que ela permite combater especialistas que operam sobre o pressuposto de que existe uma realidade prévia e definitivamente instituída.

O estabelecimento de uma área que chamamos PSC faz parte de um processo histórico. Não é consequência natural de uma sucessão de fatos, mas fruto de estratégias e esforços daqueles que pretendem defender esta etiqueta e sua especificidade. Há quem argumente ser uma vantagem o fato de que a PSC é hoje uma área bem definida, com seus próprios referenciais teóricos e metodológicos e com um escopo de trabalho reservado dentro da Psicologia. Esse parece ser o lugar onde se queria chegar. O horizonte daqueles que pertencem ao campo.

Ao perseguir a sua constituição como um campo específico, a PSC limita aqueles que podem falar e intervir em seu nome. Como se, para lidar com questões sociais, se aproximar de determinados espaços da cidade e das maiorias populares, o psicólogo necessariamente precisasse estar vinculado a este campo. Assim, acabamos caindo no perigoso raciocínio de que só psicólogos comunitários devem se implicar com questões políticas e sociais, só eles devem estar atentos às maiorias populares, só eles devem se deslocar até os espaços de exclusão, só eles devem pensar novas formas de fazer Psicologia.

O movimento em direção às comunidades pode ter representado uma novidade para a profissão. Um impulso para construir novas práticas. Todavia, ao longo do tempo, o que foi efetivamente feito em seu nome parece, algumas vezes, se aproximar de práticas realizadas pela Psicologia hegemônica. Em relação a isso, o que identificamos é uma contradição entre buscar práticas que se distanciem das hegemônicas, tendo a clínica como uma delas, e apontar como uma de suas bases teórico-metodológicas referenciais da própria Psicologia Clínica, como a Psicanálise ou a Teoria Rogeriana. Não que os referenciais em si definam o sucesso de uma prática e garantam seus efeitos. Uma intervenção clínica pode produzir efeitos positivos, enquanto uma prática em Psicologia Social pode se configurar de forma reacionária. No entanto, se a PSC representou uma tentativa dentro do campo profissional de instaurar novas formas de fazer Psicologia, talvez tenhamos que estar atentos e não perder de vista tal objetivo.

A PSC existe como realidade histórica, produz pesquisas e intervenções com esse nome. Estabelecer os limites da PSC valendo-se exclusivamente de uma análise epistemológica institui divisores binários na variedade da produção histórica elaborada sob este signo. Procedimento que usualmente opera exclusões por meio de especialismos. Respeitar a variedade da produção histórica e privilegiar a análise dos efeitos das ações empreendidas pela PSC não nos levou à unificação, anseio epistemológico corriqueiro, mas

nos faz ver algumas proveniências e investimentos sociais da PSC. Nem pelos seus referenciais teórico-metodológicos, nem pelo que define como sendo objetivo de suas intervenções é possível afirmar uma identidade à PSC. É importante destacar que o investimento em defender uma unidade para o campo nos parece uma tentativa de captura institucional com seus efeitos hierarquizantes. Em seu lugar, julgamos mais interessante pensar que práticas estamos produzindo ao nos aproximarmos das maiorias populares, se elas realmente instauram novas formas de fazer Psicologia, quais são seus efeitos; e, principalmente, qual é o seu compromisso ético-político.

Notas

- ¹ Para nos referirmos à PSC, optamos, preferencialmente, pelo vocábulo “movimento” na medida em que estamos interessados no caráter dinâmico de proposições autorais, reflexões não sistemáticas, teorias e suas ações sociais. A caracterização da PSC em uma teoria, em um campo, em um paradigma – categorias de uso comum em trabalhos que buscam caracterização epistemológica – não constitui nosso objetivo. Não pretendemos estabelecer um critério para determinar o que é e o que não é PSC, pretensão própria a análises – vale reiterar – epistemológicas que sempre produzem divisores entre o verdadeiro e o falso. Buscamos empreender uma análise histórico-crítica das argumentações produzidas na PSC em torno da profissão de psicólogo e de querelas epistemológicas produzidas nas últimas décadas em busca de uma identidade teórica. Sem pretender indicar a legitimidade epistemológica da PSC ou, mesmo, defender uma ação profissional respaldada na PSC, interessa-nos mapear estas trajetórias, indicar seus movimentos para que uma análise crítica possa surgir daí.
- ² O termo maiorias populares, diante da literatura revisada, parece ser usado para fazer oposição ao termo elite, visto que circulava uma crítica à elitização da psicologia.
- ³ Para adensar os estudos sobre as atuações comunitárias na cidade do Rio de Janeiro, ver o trabalho de Soares (2001), Landin e Lemgruber (1980), Aguiar e Brasil (1991), Souza (1985).

Referências

- Aguiar, K. & Brasil, V. V. (1991). História de andanças de técnicos em favelas: da “Alegria” ao “Sossego” e vice-versa. In O. Saidon & V. R. Kamkhagi (Orgs.), *Análise institucional no Brasil* (pp. 86-122). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Álvaro, J. L. & Garrido, A. (2006). *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGrawHill.
- Amarante, P. (Org.). (1995). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Amorim, K. M. O. (2010). *Compromisso social do psicólogo em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

- Andery, A. A. (1984). Psicologia na comunidade. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 203-220). São Paulo: Brasiliense.
- Baremblyt, G. (1992). *Compêndio de análise institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro: Record.
- Bastos, A. V. B. & Gomide, P. I. C. (2010). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. In O. H. Yamamoto & A. L. F. Costa (Orgs.), *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil* (pp. 227-253). Natal: EDUFRRN.
- Bastos, A. V. B., Gondim, S. M. G., & Borges-Andrade, J. E. (2010). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nestas últimas décadas? In O. H. Yamamoto & A. L. F. Costa (Orgs.), *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil* (pp. 255-269). Natal: EDUFRRN.
- Bennett, C. C., Anderson, L. S., Cooper, S., Hassol, L. Klein, D. C., & Rosenblum, G. (1966). *Community Psychology: a report of the Boston Conference on the education of psychologists for community mental health*. Boston: Boston University Press.
- Bock, A. M. B. (1999). A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4(2), 315-329.
- Bock, A. M. B. (2003). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In *Psicologia e o compromisso social* (pp. 15-28). São Paulo: Cortez.
- Bock, A. M. B., Gonçalves, M. G. M., & Furtado, O. (2007). Silvia Lane e o projeto do “compromisso social da Psicologia”. *Psicologia & Sociedade*, 19(n. spe. 2), 46-56.
- Boechat, F. M. (2009). *A heterogeneidade epistemológica da Psicologia Social*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Botomé, S. P. (2010). A quem nós, psicólogos, servimos de fato? In O. H. Yamamoto & A. L. F. Costa (Orgs.), *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil* (pp. 169-202). Natal: EDUFRRN. (Original publicado em 1979)
- Campos, R. H. F. & Guareschi, P. A. (2000). *Paradigmas em psicologia social: A perspectiva Latino-Americana*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Carvalho, B. P. & Souza, T. M. S. (2010). A “escola de São Paulo” de psicologia social: apontamentos históricos. *Psicologia em Estudo*, 15(4), 713-721.
- Cruz, R. N. & Stralen, C. J. (2012). A produção do conhecimento na psicologia social brasileira: um estudo descritivo a partir da Revista *Psicologia & Sociedade*, 1986-1992. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 227-239.
- Gallindo, L. C. (1981). *A psicologia comunitária como agente de transformações sociais*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ.
- Góis, C. W. L. (2003). *Psicologia Comunitária no Ceará*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Landin, R. & Lemgruber, V. (1980). O trabalho do psicólogo na favela. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 32(1), 67-73.
- Lane, S. T. M. (1984). A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1996). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia Comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 17-34). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lapassade, G. (1983). *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Lima, R. S. (2012). A psicologia comunitária no Rio de Janeiro entre 1960 e 1990. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(1), 154-165.
- Mendes, A. R. M. & Correia, S. B. (1999). O núcleo de Psicologia Comunitária à guisa de um breve histórico. In I. R. Brandão & Z. C. Bomfim (Orgs.), *Os jardins da psicologia comunitária: escritos sobre a trajetória de um modelo teórico-vivencial* (pp. 21-31). Fortaleza: Pró-reitoria de extensão da UFC/ABRAPSO.
- Paludo, S. S. & Koller, S. H. (2005). Resiliência na rua: um estudo de caso. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(2), 187-195.
- Paludo, S. S. & Koller, S. H. (2007). Psicologia positiva: uma nova abordagem para antigas questões. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 17(36), 9-20.
- Paiva, I. & Yamamoto, O. H. (2010). Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do “terceiro setor”. *Estudos de Psicologia*, 15(2), 153-160.
- Saforcada, E. (2010). Perspectiva ecológico-sistêmica da saúde. In J. C. Sarriera & E. Saforcada (Orgs.), *Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas* (pp. 49-75). Porto Alegre: Sulina.
- Sarriera, J. C. (Org.). (2010). *Psicologia Comunitária: estudos atuais*. Porto Alegre: Sulina.
- Sarriera, J. C. (2011). *Saúde Comunitária: conhecimentos e experiências na América Latina*. Porto Alegre: Sulina.
- Sarriera, J. C. & Saforcada, E. T. (2010). *Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas*. Porto Alegre: Sulina.
- Soares, A. B. (2001). *Psicologia, comunidade e intervenções: olhares em (des)construção*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Souza, S. R. (1985). *A psicologia sobre o morro*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Vasconcelos, E. M. (1985). *O que é psicologia comunitária*. São Paulo: Brasiliense.
- Yamamoto, O. & Costa, A. L. F. (Orgs.). (2010). *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil*. Natal: EDUFRRN.
- Yamamoto, O. & Oliveira, I. (2010). Política social e psicologia: uma trajetória de 25 Anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n. spe.), 9-24.

Agência de fomento: CAPES, bolsa doutorado de Mariana Alves Gonçalves.

Submissão em: 15/05/2016

Revisão em: 28/07/2016

Aceite em: 08/08/2016

Mariana Alves Gonçalves é doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.
Endereço: UFRJ, Instituto de Psicologia. Av. Pasteur, 250, Pavilhão Nilton Campos, Praia Vermelha. CEP 22290-240 Rio de Janeiro/RJ, Brasil.
E-mail: mariana.alvespsi@gmail.com

Francisco Teixeira Portugal é doutor em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. - UFRJ. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2.
E-mail: fportugal@ufrj.br